

Família e saúde mental: contribuições para reflexão sobre processos familiares

*Family and mental health: contribution to reflection
on family processes*

Resumo

O presente trabalho enfoca questões presentes no âmbito da intervenção dos profissionais que atuam com famílias. Destaca as divergências em torno do conceito *Família*, posicionando-se por defini-la não como um grupo natural ou simples objeto compartilhado, mas enquanto *grupo social, historicamente constituído*. Estabelece alguns pressupostos relevantes que correlacionam *Família e Saúde Mental*. Em consonância com o aporte teórico utilizado, aborda alguns processos familiares, destacando aqueles onde a família é olhada a partir de sua *unidade*, de sua *matriz de identidade e de sua identidade evolutiva*. Examina a *estrutura e a dinâmica familiar*, assim como a forma utilizada pelas famílias para repassar seus conhecimentos e ensinamentos às demais gerações, sendo em consequência atingida por seus rebatimentos.

Palavras chaves: Famílias; Saúde Mental; Processos Familiares.

Abstract

This study focuses on current issues within the scope of intervention of professionals who work with families. There are notable divergences concerning the concept of *Family*. The position adopted was one of not defining as a natural group or a simple shared object, but as a *historically constituted social group*. It also established some premises that correlate *Family and Mental Health*. In consonance with the theoretical approach utilized, it analyzes some family processes, emphasizing those in which the family is viewed in terms of its *unity*, its *identity matrix* and its *evolutional identity*. It examines *family structure and dynamics*, as well as the way families pass on their knowledge and teachings, to future generations, who are affected by them.

Key words: Families; Mental Health; Family Processes

**Regina Célia Tamaso
Miotto**

Professora do Departamento de Serviço Social – Membro do Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família (NECAD) – End: DSSCSE/UFSC. FAX: 231-9585, ramal Calis – 9087.

Este trabalho é parte da pesquisa "Crises Familiares e Separação Conjugal" que conta com o apoio do CNPq.

Introdução

Nos últimos anos o trabalho com famílias tem se destacado como uma questão importante nos meios profissionais especialmente no âmbito das profissões que lidam cotidianamente com o sofrimento humano. Podemos dizer que tal importância está condicionada a dois aspectos. O primeiro refere-se ao avanço do conhecimento sobre os fenômenos humanos que permitiu entendê-los dentro de uma perspectiva de multiplicidade na qual fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos e éticos, se encontram interrelacionados. Este entendimento teve repercussões importantes no processo de atenção às pessoas em estado de sofrimento (físico, mental, relacional) à medida que puderam ser compreendidas na totalidade de sua condição existencial. Além disso o sofrimento, antes tomado apenas como algo individual, passou a ser visto como parte de um contexto onde outras pessoas estão envolvidas e também merecem cuidado e atenção. É justamente desse ponto de vista que a família se coloca. Como família estamos entendendo:

... um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido (Mioto, 1996)

Ao adotar tal definição, não está sendo ignorada a dificuldade de estabelecer um conceito único de família. Como tem sido apontado, muitas vezes os limites afetivos não coincidem com os limites descritivos definidos pela sociologia ou antropologia (Berenstein, 1988). Sobre isto, Laing (1972) afirma que a família não é um simples objeto social compartilhado e, por isso, estabele-

ce diferença entre família e "família". A primeira se restringe às pessoas que vivem juntas por determinado espaço de tempo e são ligadas por laços de matrimônio e parentesco.

A segunda se constrói sobre a primeira e está relacionada com a experiência compartilhada de uma estrutura grupal e com a introjeção desta estrutura. Ela existe dentro de cada um dos elementos que a constituem, como um conjunto de relações e padrões de relacionamento por meio dos quais o indivíduo se desenvolve e se apropria da estrutura de grupo (Berenstein, 1988; Laing, 1972).

O segundo aspecto relaciona-se ao aumento significativo das demandas que as famílias têm trazido às nossas instituições para a solução dos problemas e dificuldades que lhes afetam. Isto tem exigido dos profissionais um aprofundamento cada vez maior das questões familiares para poder responder com qualidade os desafios que lhe são colocados.

Nesta perspectiva é que se coloca o presente artigo. Nele será apresentada uma proposta de análise dos processos familiares na perspectiva da estrutura e dinâmica familiar tendo em conta os pressupostos da família como unidade, como entidade evolutiva e como matriz de identidade. Em seguida discutiremos a dinâmica e a estrutura familiar que constituem a base para o trabalho com famílias.

Pressupostos para a compreensão dos processos familiares

Compreender o que se passa com uma família num determinado momento de sua história para poder ajudá-la de forma adequada implica a utilização de teorias que possam subsidiar a ação, e que permitam

ultrapassar os limites do bom senso e da intuição.

A busca de compreensão dos processos familiares desenvolveu-se em várias áreas do conhecimento e muito intensamente na área da saúde mental (1950/1960). Isto aconteceu no momento em que a enfermidade mental passou a ser entendida também como expressão de processos sociais patológicos e não apenas como expressão de processos internos do indivíduo. As observações sobre a dinâmica e a estrutura da vida familiar deixaram de ser subsidiárias para a compreensão da patologia individual e se constituíram numa outra possibilidade de pesquisa do fenômeno saúde-enfermidade (Mioto, 1993). Os estudos nessa área desenvolveram-se dentro dos marcos da teoria sistêmica e da teoria psicanalítica e têm se mostrado relevantes tanto para o processo de compreensão dos processos familiares como para a própria intervenção profissional. Tais estudos, embora ligados tradicionalmente a Terapia Familiar, foram sendo incorporados a outras formas de análise e atenção às famílias, que não as estritamente terapêuticas (Mioto, 1994, 1996; Barros, 1995; Bernalle, 1995).

Nesse contexto é que apresentamos de forma sucinta os pressupostos desta vertente teórica (a família como unidade, a família como matriz de identidade, a família como entidade evolutiva) para a compreensão dos processos familiares.

A família como unidade

De acordo com os estudos sistêmicos¹ a família constitui-se como um sistema aberto. O grupo familiar deve ser visto como um todo através do qual seus membros ou subsistemas se encontram dinamicamente articulados e em interação com os outros sistemas. Nesta perspectiva de totalidade, ela não se restringe à somatória de seus elementos. Recorrendo à metáfora

sassureana de Walrond-Skinner (1978), da mesma forma que não é possível entender um jogo de xadrez olhando somente para as peças, uma vez que o movimento de cada uma afeta a posição e o significado de todas as outras, a família não pode ser tomada apenas como a soma de suas partes. Ou seja, qualquer movimento em qualquer parte interfere em todas as outras e pressupõe uma reestruturação do todo.

Conseqüentemente, as relações que se estabelecem entre os membros de uma família acontecem num processo circular de *feedback* em que cada membro pode ser visto como início e fim deste processo. Além disso, a interação que acontece entre eles não se faz de maneira caótica. Ela se organiza de acordo com determinadas regras que condicionam padrões de relacionamento específicos em cada família.

De acordo com Minuchin (1982), estes padrões são mantidos por dois sistemas de repressão. Um está relacionado às regras universais que regulam as organizações familiares e o outro é próprio de cada família e diz respeito às expectativas mútuas de seus membros.

Tais expectativas se articulam às negociações implícitas ou explícitas realizadas entre seus membros acerca de eventos cotidianos no decorrer de sua história e presentes no dia a dia.

A compreensão da família ganhou uma nova dimensão à medida que lhe foi incorporada a noção psicanalítica de inconsciente. Assim como o indivíduo, ela também é possuidora de uma estrutura inconsciente sobre a qual se constrói um universo familiar partilhado que condiciona sua própria organização. Através dela, postula-se a existência de um objeto familiar inconsciente cuja compressão dará o tom da qualidade das relações familiares (Berenstein, 1988; Laing, 1972).

A externalização deste objeto inconsciente se faz através das identificações projetivas descritas inicialmente por Klein (1946). Estas são operações inconscientes através das quais aspectos do mundo interno do sujeito são escindidos e, via projeção, passam a localizar-se dentro do objeto. Dessa forma, o sujeito fica desprovido dessa parte e experimenta o objeto como se este possuísse a parte escindida. Então, a percepção do objeto e a imagem de si mesmo se tornam distorcidas (Meyer, 1983; Lamanno, 1990).

O inconsciente familiar pode ser entendido como matriz das significações comuns que num dado momento podem ser partilhadas com outros que tiveram experiências similares ou complementares.

A interação das contribuições sistêmica e psicanalítica é que permitem compreender a família como uma unidade dinamicamente estruturada e condicionante dos fenômenos humanos.

A família como entidade evolutiva

A família como um sistema aberto possui, como qualquer outro ser vivo, um ciclo vital e, portanto, não pode constituir uma estrutura estática. Está em constante transformação a fim de adaptar-se às exigências originárias tanto do mundo interno (membros, subsistemas) como do externo (outros sistemas) sem, contudo, perder sua integridade. Estão presentes neste processo familiar (crescimento-continuidade) duas tendências que se encontram em constante oposição: a tendência à homeostase e a tendência à mudança.

Elas operam através de um complexo mecanismo de *feedback*, ora em direção à manutenção da homeostasia ("*feedback* negativo"), ora em direção à transformação ("*feedback* positivo"). O equilíbrio dinâmico entre elas é fundamental

para garantir a continuidade e a qualidade do próprio processo. A ativação excessiva de uma ou outra tendência propicia o surgimento de padrões disfuncionais de relacionamento que comprometem a própria organização familiar, quer seja pela impossibilidade de efetivar mudanças, quer pela ameaça de sua integridade (Andolfi, 1980).

As pressões para novas formas de adaptação que são provenientes de seu interior estão relacionadas especialmente aos acontecimentos intra-familiares (doenças, mortes, separações) e ao processo de desenvolvimento de seus membros que marcam seu próprio ciclo vital. Este está dado pelo reconhecimento de que existe na família uma estrutura por ocasião de cada evento: do casamento, do nascimento do primeiro e demais filhos, da adolescência dos filhos e maturidade dos pais, da saída dos filhos de casa, da velhice.

As pressões provenientes do meio externo também estão presentes das mais diversas formas na vida familiar e podem estar diretamente relacionadas ao grupo familiar como um todo ou a um de seus membros especificamente.

Minuchin (1982) afirma que todo processo de transição e adaptação da família implica em ansiedade e falta de diferenciação que são elementos característicos no enfrentamento de situações novas e podem gerar o estresse familiar. Este, segundo o autor, é decorrente de três fontes: contato estressante de um membro com forças extra-familiares, contato estressante de toda a família com forças extra-familiares, estresse em pontos de transição na família, estresse em torno de problemas idiossincráticos.

A primeira fonte concerne, por um lado, às acomodações que a família deve sofrer para adaptar-se às modificações introduzidas pelas situações ou relações estressantes vividas por um de seus membros no

contato com o mundo externo (exemplo, relações de trabalho). Por outro lado, está relacionada às possibilidades que a família tem de oferecer apoio e segurança a seus membros.

A segunda é a pressão excessiva que a família sofre em decorrência de crises econômicas e de modificações de situações (exemplo, transferências de cidades) que podem colocar em risco sua integridade.

A terceira diz respeito às fases evolutivas da família, já que a transição de uma fase para outra implica o surgimento de conflitos cujas soluções dependem da capacidade de efetuar mudanças nas pautas de relacionamento para atender as necessidades psico-sociais dos seus membros.

A quarta fonte relaciona-se ao estresse vivido pela família em virtude de problemas ou situações específicas permanentes, que também requerem mudanças no decorrer de sua história (exemplo, presença de uma criança deficiente mental).

Dessa forma, a família se constitui como uma entidade evolutiva. Isto exige, em diferentes momentos, uma reestruturação das regras e das pautas de relacionamento que dependerá do grau de flexibilidade característico de cada unidade familiar. A impossibilidade de evolução para uma nova estrutura pode implicar no surgimento de padrões disfuncionais que podem estabilizar-se e ser um elemento gerador de conflitos.

A família como matriz da identidade

A identidade pode ser entendida como um sentimento de uniformidade e continuidade que perpassa o indivíduo durante sua vida. Ela se constrói através de um complexo processo inconsciente que tem seu lugar tanto no interior do indivíduo

como fora dele. Ao mesmo tempo, ela os sintetiza. Enquanto processo, vai se transformando e implica numa crescente diferenciação do indivíduo em relação aos outros que lhe são significativos, ampliando cada vez mais a consciência de si e dos outros (Erikson, 1987).

Nesta perspectiva, Ackerman (1971) afirma que a tarefa central da família é a socialização da criança e a formação da identidade. Tal tarefa é cumprida através de dois processos básicos. Um leva a criança da posição de dependência e comodidade infantil à auto-direção do adulto em vista de suas necessidades. O outro a leva de uma posição central para uma posição periférica na família e ambos definem o processo de dependência-independência que, segundo o autor, deve ocorrer de forma gradual para garantir a saúde mental² de seus membros. O processo se inicia com a unidade e vai se ampliando no círculo das relações familiares e na constituição de uma nova família.

No universo das relações familiares, ao mesmo tempo em que ocorre o processo de individualização, os membros da família também vão incorporando o sentido de pertencer. Ou seja, eles não apenas se percebem como únicos, mas compartilham uma estrutura grupal que determina relações diferentes entre os membros de uma família e outras que não partilham destas mesmas relações. Isto dá o significado do nós e dos outros, do pertencer e do não pertencer (Laing, 1972; Minuchin, 1982; Miotto, 1989).

Dessa forma, tanto a identidade familiar como a identidade individual se fazem através de processos de combinação e diferenciação no inter-jogo das relações que vão se estabelecendo desde a escolha dos parceiros. Assim, vai se estruturando uma nova identidade familiar através da qual se formarão e se transformarão as identidades individuais. Para Soifer (1983) a família

é o espaço de continência dos aspectos infantis e imaturos tanto dos filhos como daqueles que estão presentes no inconsciente dos progenitores tais como: narcisismo, pressões incestuosas, tendência à simbiose, auto-erotismo.

A partir dos pressupostos apresentados passaremos a discutir a estrutura e a dinâmica familiar que são construídas e reconstruídas cotidianamente ao longo da história das famílias no contexto de suas relações internas e com o meio social.

A estrutura familiar

A noção de estrutura familiar perpassa, de forma implícita ou explícita, as formulações que se fazem sobre família, condicionada especialmente pela idéia de totalidade. Ela se refere à maneira como seus componentes se articulam entre si e com os outros, estabelecendo assim uma forma determinada de organização.

Para Minuchin (1982, p. 57), "a estrutura familiar é o conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as maneiras pelas quais os membros da família interagem".

Enquanto sistema, a família é formada por subsistemas cuja tarefa é desempenhar as funções familiares. Os subsistemas são constituídos pelos membros da família individualmente ou agrupados (exemplo, subsistema dos pais, do casal, dos filhos, dos irmãos) e fornecem a base necessária para o processo de manutenção do "eu diferenciado" e de desenvolvimento da interpessoalidade. São marcados por regras que definem quem participa e como participa de cada subsistema. Tal definição é denominada fronteira e esta tem a função de garantir a diferenciação do sistema. Por isso, sua nitidez é fundamental para que o sistema tenha autonomia suficiente a fim de deslocar suas funções, sem prejudicar

o contato entre os membros de cada subsistema.

O conceito de fronteira permitiu estabelecer dois modelos básicos para a análise da estrutura familiar: famílias emaranhadas e famílias desligadas. Os dois conceitos refletem a forma de interação que a família estabelece com os outros sistemas e como se organizam e se relacionam os vários subsistemas. Eles constituem os extremos de uma reta, ao longo da qual as famílias se localizam de acordo com suas peculiaridades, fases evolutivas e dificuldades. A fixação nos extremos indica possibilidade de patologia.

A família emaranhada se caracteriza por apresentar fronteiras difusas entre os subsistemas, o que causa prejuízo no processo de diferenciação. A organização está voltada para a própria família, aumentando desta forma a comunicação e a preocupação com seus membros. A família desligada, ao contrário, se caracteriza por apresentar fronteiras muito rígidas, ficando a comunicação entre os subsistemas e as funções protetoras comprometidas. A estrutura e os padrões de interação de cada família se faz a partir das relações estabelecidas com os outros sistemas (família extensa, outras instituições) e entre seus membros. O estabelecimento desta dinâmica está condicionado ao desenvolvimento emocional de cada um de seus membros (necessidades, aspirações, possibilidades) e à forma como vão sendo moldados os papéis familiares. Estes podem ser considerados como a ponte que se estabelece entre os processos internos de personalidade e a estrutura da família enquanto grupo (Ackerman, 1971; Richter, 1979).

A estrutura familiar contém portanto, os aspectos relacionados à história, à comunicação e à interação dessas famílias (Mioto, 1993). Estes aspectos se encontram articulados nas relações familiares consideradas como estruturantes da família

e do indivíduo (Mioto, 1989) e formam os subsistemas postulados pelos autores sistêmicos (Minuchin, 1982; Andolfi, 1980).

A dinâmica familiar

A dinâmica familiar diz respeito, mais especificamente, às relações que vão se estabelecendo entre os membros da família no decorrer do tempo. Ela é construída a partir da relação conjugal, que representa o início da nova família e o centro de sua identidade.

A família incorpora os aspectos individuais de cada cônjuge, de suas respectivas famílias de origem e desenvolve algo de novo e único. Portanto, a evolução da relação do casal dependerá das vivências de cada parceiro em relações anteriores, considerando o grau de diferenciação e o nível de tolerância à angústia alcançado por cada um, bem como as peculiaridades do próprio vínculo. Dessa forma, a relação conjugal implica na interação, na fusão e na re-diferenciação das identidades de cada cônjuge, dando continuidade ao processo de individuação (Ackerman, 1971; Lamanno, 1992).

A relação conjugal é constituída a partir da escolha dos parceiros. Esta escolha é fruto das motivações inconscientes ligadas a fantasias, desejos, necessidades, frustrações vividas na infância e do processo de identificação da criança não só com os objetos (pai, mãe) mas também dos pais enquanto casal (Pincus & Dare, 1981; Meyer, 1983).

Segundo Lamanno (1992), através do processo de identificações projetivas e re-introjetivas com o vínculo dos pais é que se desenvolve a capacidade de conjugar. Além de ser importante no processo de *insight*, elaboração e criatividade, é fundamental na relação conjugal. O casamento, entendido como estado mental é a expressão desta capacidade de conjugar.

Nesta mesma perspectiva, a relação conjugal tem como base as identificações projetivas e o seu desenvolvimento está diretamente relacionado à forma como cada parceiro se reestrutura nesta experiência. Para Pincus & Dare (1981), é sobre os processos de identificação e projeção que se instaura a reciprocidade e a complementaridade. Há um reconhecimento inconsciente partilhado pelo casal que dá origem aos papéis e padrões de relacionamento conjugal e, conseqüentemente, a uma dinâmica relacional que tende a se tornar a dinâmica da família.

Assim instaurada, a dinâmica conjugal conduz os cônjuges a duas direções. Uma delas é marcada pela possibilidade de crescimento e maturação de cada parceiro através da qual pode-se instalar uma relação estável e criativa. A outra é marcada pelas vivências de cada parceiro e pela exigência de um se encarregar cada vez mais de aspectos conflitivos do outro. Isto pode levar a um aumento de tensão no relacionamento, que provavelmente resultará em agravamento dos conflitos individuais, término da relação ou deslocamento do conflito para outros membros da família.

Partindo dessas considerações, é possível concluir que o desenvolvimento e a estabilidade da família pressupõe a existência de uma relação conjugal que possa desempenhar funções que são fundamentais no processo de estruturação da família. Para isso, é necessário que os cônjuges estabeleçam padrões de relacionamento calcados especialmente na complementaridade e na reciprocidade, a fim de se obter uma relação estável e criativa que favoreça o desenvolvimento do casal, de cada parceiro e também dos filhos (Minuchin, 1982; Andolfi et al., 1989; Akerman, 1971; Soifer, 1983).

A chegada dos filhos na família marca o início de uma relação entre gerações distintas na qual a primeira deve assumir os cuidados da se-

gunda. Assim se estabelece uma outra ordem de relações na família (relação pais e filhos) e com ela é instaurado um novo momento na sua dinâmica. Além disso, a estrutura do casal é profundamente alterada uma vez que a maternidade e a paternidade implicam fundamentalmente numa reestruturação da identidade do homem e da mulher. Esse movimento se repete a cada gravidez, a cada parto, a cada nascimento que ocorre no interior da família (Pincus & Dare, 1981; Mioto, 1989).

A relação pais e filhos e a sua importância para o desenvolvimento da criança tornaram-se objeto de estudo a partir de Freud. Especialmente sob a égide da psicanálise, inúmeros estudos e teorias floresceram. Inicialmente a relação mãe-filho foi privilegiada³ nesses estudos e apenas posteriormente a importância da figura do pai foi enfatizada desde a concepção do bebê (Aberastury & Salas, 1991). Para esses autores, "o único imprescindível para o desenvolvimento do homem é a existência de uma mãe e de um pai que lhe ofereçam as fontes de identificação necessárias a sua bissexualidade e satisfaçam suas necessidades básicas nos diferentes níveis de desenvolvimento" (Aberastury & Salas, 1991, p. 8).

No contexto da família as relações pais e filhos constroem-se através dos vínculos que vão se estabelecendo entre eles. Estas relações se caracterizam especialmente pelo afeto e pela dependência dos filhos, que no início é total. Elas envolvem um processo de aprendizagem mútua através do qual vão se estruturando padrões de relacionamento cuja vivência tem significados diferentes para cada um dos envolvidos. Ancoram-se nas vivências que os pais tiveram nas famílias de origem com as figuras parentais. Também contam as experiências dos pais enquanto filhos e irmãos, as vivências do próprio casal e de cada um dos filhos.

A dinâmica da relação pais e filhos se modifica especialmente em função do desenvolvimento dos filhos que, ao lado de outros acontecimentos familiares e do mundo exterior, marcam novas etapas da vida da família. Estes momentos reavivam nos pais fantasias, ansiedades, frustrações vividas em cada fase da vida.

Pais que não conseguiram lidar de forma adequada com seus conflitos em determinadas situações evolutivas têm dificuldades para ajudar seus filhos (Pincus & Dare, 1981). Soifer (1983, p.32) afirma que, para que os pais possam transmitir algum ensinamento a seus filhos, é necessário que tenham:

- a) possibilidade de entrar em regressão parcial ou inconsciente, regressão que vai ser maior ou menor conforme a flexibilidade de sua personalidade e a rigidez ou permeabilidade da repressão de suas vivências infantis;
- b) a possibilidade de encontrar, em sua própria experiência, o equivalente daquela que estão ensinando, ou seja, ter eles mesmos aprendido bem este conhecimento;
- c) a possibilidade de compreender a linguagem tanto verbal (quando já existir) como gestual (pré-verbal) da criança;
- d) a possibilidade de tolerar a reativação das ansiedades que experimentaram quando adquiriram a aprendizagem em pauta;
- e) o modelo cultural que receberam, em tal sentido, de seus próprios progenitores;
- f) a possibilidade de se libertar da regressão e voltar à sua condição de adultos;
- g) a possibilidade de questionar-se e modificar, se necessário, o modelo recebido.

Além das relações do casal e das relações pais e filhos, consideradas centrais na dinâmica familiar, existem as relações entre irmãos. Estas se caracterizam por propiciarem uma infinidade de interações nas quais estão envolvidas as idiosincrasias de

cada filho tais como idade, sexo, ordem de nascimento, expectativas em torno de cada nascimento, de cada filho, de cada irmão. Influem nestas interações o modo como cada filho se relaciona com os pais e o que representa para eles a interferência do irmão. Contam ainda as relações que cada filho estabelece com as famílias dos pais e com o mundo extra-familiar e, por fim, as rápidas mudanças no desenvolvimento de cada um (Mioto, 1989).

A relação entre irmãos é marcada pela presença de pais comuns. Esta vivência está na base da construção de uma estrutura familiar partilhada que é a dinâmica e a identidade da família. Resumindo, a dinâmica familiar é o movimento das relações que vão se estabelecendo no interior das famílias no decorrer de sua história. Este movimento é iniciado com a relação conjugal e se desenvolve através das outras relações, como as relações pais e filhos e as relações entre irmãos. A dinâmica familiar é construída pelas vivências individuais do processo familiar, pelo desenvolvimento de seus membros e pelos acontecimentos familiares e extra-familiares.

Conclusão

Como conclusão deste artigo queremos destacar alguns aspectos que consideramos como fundamentais para o processo de atenção à família que são decorrentes das contribuições teóricas apresentadas.

O primeiro refere-se ao deslocamento do eixo de compreensão do problema individual para o familiar/social que tem como consequência o acolhimento da família como uma unidade que necessita de cuidado tanto quanto o paciente individual. Pressupõe um novo olhar sobre as possibilidades das famílias para enfrentarem suas crises e atuarem como suporte terapêutico.

Nessa perspectiva se impõe a necessidade de não só reconhecer a importância do atendimento ao grupo familiar mas também de oferecer uma atenção singular que tenha em conta, por um lado, as especificidades de cada família considerando a história, a estrutura, a dinâmica, bem como a inserção das famílias no contexto social. Por outro lado deve-se avaliar a realidade e as possibilidades das famílias para usufruírem das formas de atenção que lhes são propostas.

Além disso, atenção especial deve ser dada aos momentos de crises familiares, tanto os relacionados ao processo evolutivo (casamento, nascimentos, adolescência), como os momentos críticos propriamente ditos (separações, mortes, doenças, desemprego, prisão). Como vimos a vivência de tais momentos é decisiva para o futuro das famílias e de seus membros. São especialmente nesses momentos que os profissionais se encontram com pessoas em estado de sofrimento.

Referências bibliográficas

- ABERASTURY, A. & E. SALASA *Paternidade. Um Enfoque Psicanalítico*. Porto Alegre: 1991.
- ACKERMAN, N. *Diagnóstico y Tratamiento de las Relaciones Familiares*. Buenos Aires: Hormé-Paidós, 1971.
- ANDOLFI, M & C. ÂNGELO. *Tempo e Mito em Psicoterapia Familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ANDOLFI, M. *La Terapia con a familia*. Roma: Astrolábio, 1980.
- BARROS, N. A. El análisis de las políticas sociales desde una perspectiva familiar. *Serviço Social e Sociedade*, 49, 1995.
- BATESON, G. et al. *Interacción Familiar*. Buenos Aires: Ed. Buenos Aires, 1980.
- BERENSTEIN, I. *Família e Doença Mental*. São Paulo: Escuta, 1988.
- BERNALES M., S. Reflexiones sobre Separación Matrimonial y Familias. In: _____. *De Familias y Terapias*, 5, p. 33-43, 1995.
- BOWLBY, J. *Cuidados Maternos e Saúde Mental*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- ERIKSON, E.H. *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FREUD, A. Adolescence. In: _____. *Psychoanal Study Child*. 13, p. 255-278, 1958.
- JACKSON, D.D. The Question of Family Homeostasis. In: _____. *Psyquiat. Quart. Suppl.* 3, p. 179-90, 1957.
- KLEIN, M. Notas sobre Alguns Mecanismos Esquizóides. (1946). In: _____. *Inveja e Gratidão e outros Trabalhos*, 1946:1963. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LAING, R.D. *A Política da Família*. São Paulo: Martins Fontes, 1972.
- LAMANO, V.L. *Relacionamento Conjugal: uma Abordagem Psicanalítica*. São Paulo: Sumus, 1990.
- _____. Casamento e Divórcio: Um estado mental. In: Porchat, Y.(org) *Amor, Casamento, Separação – A Falência de um Mito*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- LIDZ, T. et al. The Intrafamilial Environment of Schizophrenia Patient: II Marital Schism and Marital Skew. In: _____. *Am. J. Psychiatry*. 141, p. 241-8, 1957.
- MEYER, L. *Família: Dinâmica e Terapia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MINUCHIN, S. *Famílias: Funcionamento & Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- MIOTO, R.C.T. *Educação e Família*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1989.
- _____. O Tratamento da Família. In: Caetano, D. et al (org) *Esquizofrenia: Atualização em Diagnóstico e Tratamento*, São Paulo: 1993.
- _____. *Família de Jovens que tentam suicídio*. Tese de Doutorado, Campinas, Unicamp, 1994.
- _____. e Takashima, G. *Crises Familiares e Separação Conjugal*. Rio de Janeiro: anais do VENPESS, 1996.
- PINCUS, L. & C. DARE. *Psicodinâmica da Família*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- RICHTER, H.E. *A Família como Paciente*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- SOIFER, R. *Psicodinamismos da Família com Crianças*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- WALROND-SKINNER, S. *Terapia Familiar*. Buenos Aires: Crea, Col Anesa, 1978.
- WINNICOTT, D.W. Da Preocupação Materna Primária (1956) In: Winnicott, D. W. *Da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

Notas:

- Os estudos sistêmicos de família estão calcados na Teoria Geral dos Sistemas, desenvolvida por Von Bertalanffy (década de 40, 1972) e entre os autores pioneiros encontramos Bateson (1980), Jackson (1957), Lidz (1957) e outros.
- O autor considera Saúde Mental uma qualidade de vida, um processo que se conquista através de uma luta contínua a favor de uma melhor adaptação pessoal. Não se atém apenas à harmonia interna, mas também às relações da pessoa, da família, da sociedade. Implica na capacidade de crescer, aprender, viver plenamente, amar, compartilhar com os outros a aventura da vida.
- Sobre a relação mãe/filho, destacam-se os estudos de Klein (1991), Mahler (1978), Bowlby (1988), Winnicott (1978).

Endereço – autora

Departamento de Serviço Social – UFSC. Campus Universitário
Bairro: Trindade
CEP: 88040-900
Florianópolis/SC